



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO I

Relação das unidades gestoras da Prefeitura da Cidade do Recife cujos responsáveis deverão prestar contas do exercício de 2018

| Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife | Conteúdo da PC | Forma de Envio PC | Responsável pelo Envio | Unidade Gestora Principal e Agregadas |
|---|-----------------------|--------------------------|---|--|
| Assessoria Especial do Prefeito | Anexo III | Individual | Assessoria Especial do Prefeito | Assessoria Especial do Prefeito |
| Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB | Anexo VI | Individual | Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB | Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB |
| Autarquia de Serviços Urbanos do Recife - CSURB | Anexo VI | Individual | Autarquia de Serviços Urbanos do Recife - CSURB | Autarquia de Serviços Urbanos do Recife - CSURB |
| Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife- CTTU | Anexo VI | Individual | Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife- CTTU | Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife- CTTU |
| Autarquia de Urbanização do Recife - URB | Anexo VI | Agregada | Autarquia de Urbanização do Recife - URB | Autarquia de Urbanização do Recife - URB Fundo de Revitalização do Bairro do Recife Fundo Municipal do Prezeis Recife |
| Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife | Anexo VI | Agregada | Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife | Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife Fundo Financeiro do Recife - RECIFIN Fundo Previdenciário do Recife - RECIPREV |
| Câmara Municipal do Recife | Anexo V | Individual | Câmara Municipal do Recife | Câmara Municipal do Recife |
| Companhia Recife de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - RECDA | Anexo VII | Individual | Companhia Recife de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - RECDA | Companhia Recife de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - RECDA |
| Controladoria Geral do Município do Recife | Anexo III | Individual | Controladoria Geral do Município do Recife | Controladoria Geral do Município do Recife |
| Emprel Empresa Municipal de Informática - EMPREL | Anexo VII | Individual | Emprel Empresa Municipal de Informática - EMPREL | Emprel Empresa Municipal de Informática - EMPREL |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | | |
|---|----------|------------|--|--|
| Fundação de Cultura Cidade do Recife | Anexo VI | Individual | Fundação de Cultura Cidade do Recife | Fundação de Cultura Cidade do Recife |
| Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife | Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife. |
| Fundo de Incentivo à Cultura do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Cultura do Recife | Secretaria de Cultura do Recife, Fundo de Incentivo à Cultura do Recife |
| Fundo de Revitalização do Bairro do Recife | Anexo IV | Agregada | Autarquia de Urbanização do Recife - URB | Autarquia de Urbanização do Recife - URB Fundo de Revitalização do Bairro do Recife Fundo Municipal do Prezeis Recife |
| Fundo Especial de Apoio à Procuradoria do Município do Recife | Anexo IV | Agregada | Procuradoria Geral do Município do Recife | Procuradoria Geral do Município do Recife Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Recife Fundo Especial de Apoio à Procuradoria do Município do Recife Recursos sob Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife |
| Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Finanças do Recife | Secretaria de Finanças do Recife Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife |
| Fundo Financeiro do Recife - RECIFIN | Anexo X | Agregada | Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife | Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife Fundo Financeiro do Recife - RECIFIN Fundo Previdenciário do Recife - RECIPREV |
| Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife Fundo Municipal de Assistência Social do Recife |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | | |
|--|----------|----------|--|--|
| | | | | Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife Fundo Municipal de Juventude do Recife |
| Fundo Municipal de Assistência Social do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife Fundo Municipal de Assistência Social do Recife Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife Fundo Municipal de Juventude do Recife |
| Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Recife | Anexo IV | Agregada | Procuradoria Geral do Município do Recife | Procuradoria Geral do Município do Recife Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Recife Fundo Especial de Apoio à Procuradoria do Município do Recife Recursos sob Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife |
| Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Planejamento Urbano do Recife | Secretaria de Planejamento Urbano do Recife Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife |
| Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife Fundo Municipal de Assistência Social do Recife Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife Fundo Municipal de Juventude do Recife |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | | |
|--|----------|----------|--|---|
| Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife Fundo Municipal de Assistência Social do Recife Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife Fundo Municipal de Juventude do Recife |
| Fundo Municipal de Fomento ao Empreendedorismo - Recife Acredita | Anexo IV | Agregada | Secretaria do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo do Recife | Secretaria do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo do Recife Fundo Municipal de Fomento ao Empreendedorismo - Recife Acredita. |
| Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Habitação do Recife | Secretaria de Habitação do Recife Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Recife |
| Fundo Municipal de Investimento em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife | Anexo IV | Agregada | Gabinete de Projetos Especiais do Recife | Fundo Municipal de Investimento em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife Gabinete de Projetos Especiais do Recife |
| Fundo Municipal de Juventude do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife Fundo Municipal de Assistência Social do Recife Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife Fundo Municipal de Juventude do Recife. |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | | |
|--|-----------|------------|--|--|
| Fundo Municipal de Saneamento do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Saneamento do Recife | Secretaria de Saneamento do Recife Fundo Municipal de Saneamento do Recife. |
| Fundo Municipal de Saúde do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Saúde do Recife | Secretaria de Saúde do Recife Fundo Municipal de Saúde do Recife |
| Fundo Municipal do Meio Ambiente do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife | Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife Fundo Municipal do Meio Ambiente do Recife |
| Fundo Municipal do Prezeis Recife | Anexo IV | Agregada | Autarquia de Urbanização do Recife - URB | Autarquia de Urbanização do Recife - URB Fundo de Revitalização do Bairro do Recife Fundo Municipal do Prezeis Recife |
| Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife Fundo Municipal de Assistência Social do Recife Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife Fundo Municipal de Juventude do Recife |
| Fundo Previdenciário do Recife - RECIPREV | Anexo X | Agregada | Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife | Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife Fundo Financeiro do Recife - RECIFIN Fundo Previdenciário do Recife - RECIPREV |
| Gabinete de Imprensa do Recife | Anexo III | Individual | Gabinete de Imprensa do Recife | Gabinete de Imprensa do Recife |
| Gabinete de Projetos Especiais do Recife | Anexo III | Agregada | Gabinete de Projetos Especiais do Recife | Fundo Municipal de Investimento em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife Gabinete de Projetos Especiais do Recife |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | | |
|--|-----------|------------|---|---|
| Gabinete do Prefeito do Recife | Anexo III | Individual | Gabinete do Prefeito do Recife | Gabinete do Prefeito do Recife |
| Gabinete do Vice-prefeito do Recife | Anexo III | Individual | Gabinete do Vice-prefeito do Recife | Gabinete do Vice-prefeito do Recife |
| Procuradoria Geral do Município do Recife | Anexo III | Agregada | Procuradoria Geral do Município do Recife | Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Recife Procuradoria Geral do Município do Recife Fundo Especial de Apoio à Procuradoria do Município do Recife Recursos sob Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife |
| Recursos sob Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife | Anexo IV | Agregada | Procuradoria Geral do Município do Recife | Procuradoria Geral do Município do Recife Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Recife Fundo Especial de Apoio à Procuradoria do Município do Recife Recursos sob Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife |
| Recursos sob a Gestão da Secretaria Administração e Gestão de Pessoas do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas do Recife | Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas do Recife Recursos sob a Gestão da Secretaria Administração e Gestão de Pessoas do Recife |
| Recursos sob Gestão da Secretaria de Finanças do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Finanças do Recife | Secretaria de Finanças do Recife Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife |
| Recursos sob a Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife | Anexo IV | Agregada | Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife | Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife Recursos sob a Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | | |
|--|-----------|------------|--|---|
| Representação em Brasília e Relações Internacionais do Recife | Anexo III | Individual | Representação em Brasília e Relações Internacionais do Recife | Representação em Brasília e Relações Internacionais do Recife |
| Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas do Recife | Anexo III | Agregada | Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas do Recife | Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas do Recife Recursos sob a Gestão da Secretaria Administração e Gestão de Pessoas do Recife |
| Secretaria de Cultura do Recife | Anexo III | Agregada | Secretaria de Cultura do Recife | Secretaria de Cultura do Recife Fundo de Incentivo à Cultura do Recife |
| Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Recife | Anexo III | Individual | Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Recife | Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Recife |
| Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife | Anexo III | Agregada | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife Fundo Municipal de Assistência Social do Recife Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife Fundo Municipal de Juventude do Recife. |
| Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife | Anexo III | Individual | Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife | Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife |
| Secretaria de Educação do Recife | Anexo III | Individual | Secretaria de Educação do Recife | Secretaria de Educação do Recife |
| Secretaria de Finanças do Recife | Anexo III | Agregada | Secretaria de Finanças do Recife | Secretaria de Finanças do Recife Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | | |
|---|-----------|------------|---|---|
| Secretaria de Governo e Participação Social do Recife | Anexo III | Individual | Secretaria de Governo e Participação Social do Recife | Secretaria de Governo e Participação Social do Recife |
| Secretaria de Habitação do Recife | Anexo III | Agregada | Secretaria de Habitação do Recife | Secretaria de Habitação do Recife Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Recife |
| Secretaria de Infraestrutura e Habitação do Recife | Anexo III | Individual | Secretaria de Infraestrutura e Habitação do Recife | Secretaria de Infraestrutura e Habitação do Recife |
| Secretaria de Infraestrutura do Recife | Anexo III | Individual | Secretaria de Infraestrutura do Recife | Secretaria de Infraestrutura do Recife |
| Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife | Anexo III | Agregada | Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife | Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife Fundo Municipal do Meio Ambiente do Recife |
| Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife | Anexo III | Agregada | Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife | Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife. |
| Secretaria de Mulher do Recife | Anexo III | Individual | Secretaria de Mulher do Recife | Secretaria de Mulher do Recife |
| Secretaria de Planejamento Urbano do Recife | Anexo III | Agregada | Secretaria de Planejamento Urbano do Recife | Secretaria de Planejamento Urbano do Recife Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife |
| Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife | Anexo III | Agregada | Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife | Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife Recursos sob a Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife |
| Secretaria de Saneamento do Recife | Anexo III | Individual | Secretaria de Saneamento do Recife | Secretaria de Saneamento do Recife Fundo Municipal de Saneamento do Recife. |
| Secretaria de Saúde do Recife | Anexo III | Agregada | Secretaria de Saúde do Recife | Secretaria de Saúde do Recife Fundo Municipal de Saúde do Recife |
| Secretaria de Segurança Urbana do Recife | Anexo III | Individual | Secretaria de Segurança Urbana do Recife | Secretaria de Segurança Urbana do Recife |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c7abafaf5-ec98-4f52-af2c-7560b28ebca8

| | | | | |
|---|-----------|------------|---|---|
| Secretaria de Turismo, Lazer e Esportes do Recife | Anexo III | Individual | Secretaria de Turismo, Lazer e Esportes do Recife | Secretaria de Turismo, Lazer e Esportes do Recife |
| Secretaria do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo do Recife | Anexo III | Agregada | Secretaria do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo do Recife | Secretaria do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo do Recife Fundo Municipal de Fomento ao Empreendedorismo - Recife Acredita |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO II

Conteúdo da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal (Exceto Prefeitura da Cidade do Recife)

| ITEM | DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS | ASSINADO, NO MÍNIMO, POR | FORMATO DO DOCUMENTO |
|------|---|---|----------------------|
| 1 | Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas. | Gestor | PDF |
| 2 | Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função. | Gestor | PDF |
| 3 | Declaração informando os fundos municipais consolidados nos demonstrativos da Prefeitura. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 4 | Balanço Orçamentário do município (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 5 | Balanço Orçamentário de cada fundo municipal (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 6 | Balanço Financeiro do município (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 7 | Balanço Financeiro de cada fundo municipal (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|--|---|-----|
| 8 | Balanço Patrimonial do município (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 9 | Balanço Patrimonial de cada fundo municipal (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 10 | Demonstração das Variações Patrimoniais do município (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 11 | Demonstração das Variações Patrimoniais de cada fundo municipal (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 12 | Demonstração dos Fluxos de Caixa do Município (Anexo 18 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 13 | Demonstração dos Fluxos de Caixa de cada fundo municipal (Anexo 18 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 14 | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do município, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c7abafaf5-ee98-4f52-af2c-7560b28ebaa8

| | | | |
|----|---|---|-----|
| 15 | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de cada Fundo Municipal, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor | PDF |
| 16 | Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 17 | Demonstração da Dívida Fundada de cada fundo municipal (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 18 | Demonstração da Dívida Flutuante do município (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa. (4) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 19 | Demonstração da Dívida Flutuante de cada fundo municipal (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa. (4) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 20 | Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada do município (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 21 | Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada de cada fundo municipal (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 22 | Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 23 | Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada de cada fundo municipal (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 24 | Demonstração da despesa realizada de cada fundo municipal, segundo a sua natureza (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| 25 | Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 26 | Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas de cada fundo municipal, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 27 | Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 28 | Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 29 | Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício. | Gestor | PDF |
| 30 | Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 31 | Relação de contas bancárias, com respectivos saldos ao final do exercício financeiro. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 32 | Demonstrativo de despesas com eventos comemorativos de carnaval, festas religiosas, emancipação política, São João, São Pedro, micareta, cavalgada, natal, <i>réveillon</i> e outras tradições culturais realizadas pela prefeitura ou com sua contrapartida, correspondente ao Anexo XVII desta Resolução. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 33 | Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício. | Gestor | PDF |
| 34 | Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON. | Gestor | PDF |
| 35 | Cópias das Atas de registro de preços vigentes no exercício e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Prefeitura, das quais resultaram em despesas no exercício. | Gestor | PDF |
| 36 | Relação dos contratos de gestão vigentes no exercício, destacando: nome da Organização Social (OS) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada contrato, além de | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| | relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados (5,6), nos termos do §1º do art. 3º da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005. | | |
| 37 | Relação dos termos de parceria vigentes no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida no art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005 (5,6). | Gestor | PDF |
| 38 | Relação das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil por meio de Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: tipo da parceria, objeto pactuado, dados da entidade parceira (CNPJ e Razão Social), recursos financeiros transferidos (se houver) e data da celebração da parceria (Lei Federal nº 13.019/14), conforme o modelo do Anexo XXVI | Gestor | PDF |
| 39 | Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências. | Gestor | PDF |
| 40 | Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária. | Gestor | PDF |
| 41 | Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução. | Gestor | PDF |
| 42 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|--|---|-----|
| 43 | Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 44 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 45 | Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 46 | Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014. | Gestor | ODS |
| 47 | Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.” | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO III

Conteúdo da Prestação de Contas das Secretarias da Prefeitura da Cidade do Recife

| ITEM | DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS | ASSINADO, NO MÍNIMO, POR | FORMATO DO DOCUMENTO |
|------|---|---|----------------------|
| 1 | Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas. | Gestor | PDF |
| 2 | Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função. | Gestor | PDF |
| 3 | Balço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 4 | Balço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 5 | Balço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 6 | Demonstração das Variações Patrimoniais do município (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 7 | Demonstração da Dívida Flutuante de cada fundo municipal (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa. (4) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| 8 | Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 9 | Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas por projeto/atividade/ operação especial, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 10 | Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 11 | Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 12 | Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício. | Gestor | PDF |
| 13 | Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 14 | Relação de contas bancárias, com respectivos saldos ao final do exercício financeiro | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 15 | Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício. | Gestor | PDF |
| 16 | Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON. | Gestor | PDF |
| 17 | Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Secretaria e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Secretaria, das quais resultaram em despesas no exercício. | Gestor | PDF |
| 18 | Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências. | Gestor | PDF |
| 19 | Relação dos termos de parceria firmados no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida no art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005 (2,3). | Gestor | PDF |
| 20 | Relação dos convênios vigentes no exercício, destacando: nome do órgão/entidade concedente, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de convênio. | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|--------|-----|
| 21 | Relação dos convênios e outros instrumentos congêneres vigentes no exercício, destacando: nome do órgão/entidade recebedora, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de valores repassados no período para cada termo de convênio. | Gestor | PDF |
| 22 | Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária. | Gestor | PDF |
| 23 | Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução. | Gestor | PDF |
| 24 | Relação das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil por meio de Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: tipo da parceria, objeto pactuado, dados da entidade parceira (CNPJ e Razão Social), recursos financeiros transferidos (se houver) e data da celebração da parceria (Lei Federal nº 13.019/14), conforme o modelo do Anexo XXVI | Gestor | PDF |
| 25 | Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014. | Gestor | ODS |
| 26 | Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, contendo: a) Resultados (físicos e financeiros) obtidos com os programas finalísticos fixados na LOA, com os esclarecimentos necessários, conforme modelo estabelecido no Anexo XVI desta Resolução. b) Ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão. | Gestor | PDF |
| 27 | Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.” | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO IV

Conteúdo da Prestação de Contas dos Fundos Especiais e Recursos Sob Gestão de Secretaria (Somente os especificados no Anexo I desta Resolução)

| ITEM | DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS | ASSINADO, NO MÍNIMO, POR | FORMATO DO DOCUMENTO |
|------|---|---|----------------------|
| 1 | Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas. | Gestor | PDF |
| 2 | Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função. | Gestor | PDF |
| 3 | Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 4 | Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 5 | Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 6 | Demonstração das Variações Patrimoniais do município (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 7 | Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| 8 | Demonstração da Dívida Flutuante de cada fundo municipal (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa. (4) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 9 | Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 10 | Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 11 | Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 12 | Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 13 | Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 14 | Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 15 | Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício. | Gestor | PDF |
| 16 | Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 17 | Relação de contas bancárias, com respectivos saldos ao final do exercício financeiro | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 18 | Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício. | Gestor | PDF |
| 19 | Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON. | Gestor | PDF |
| 20 | Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências. | Gestor | PDF |
| 21 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc;seam> Código do documento: c7abafaf5-ec98-4f52-af2c-7560b28ebca8

| | | | |
|----|---|---|-----|
| | individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciários caso o RPPS tenha segregado massa | | |
| 22 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 23 | Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014. | Gestor | ODS |
| 24 | Declaração do presidente do respectivo Conselho Municipal de que a prestação de contas foi analisada e/ou foi emitido parecer sobre as contas do exercício. | Gestor | PDF |
| 25 | Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução. | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO V

Conteúdo da Prestação de Contas das Câmaras Municipais

| ITEM | DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS | ASSINADO, NO MÍNIMO, POR | FORMATO DO DOCUMENTO |
|------|---|---|----------------------|
| 1 | Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício. | Gestor | PDF |
| 2 | Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função. | Gestor | PDF |
| 3 | Balço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 4 | Balço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 5 | Balço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 6 | Demonstração das Variações Patrimoniais do município (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 7 | Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| | o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | | |
| 8 | Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa. (4) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 9 | Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 10 | Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 11 | Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 12 | Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público, correspondente ao Anexo XIV desta Resolução. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 13 | Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 14 | Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 15 | Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício. | Gestor | PDF |
| 16 | Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 17 | Relação de contas bancárias, com respectivos saldos ao final do exercício financeiro | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 18 | Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos s no exercício. | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| 19 | Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON. | Gestor | PDF |
| 20 | Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências. | Gestor | PDF |
| 21 | Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária. | Gestor | PDF |
| 22 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciários caso o RPPS tenha segregado massa. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 23 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 24 | Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014. | Gestor | ODS |
| 25 | Demonstrativo que evidencie os gastos efetuados com a folha de pagamento. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 26 | Relatório de Gestão Fiscal referente ao último período de verificação do exercício, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

| | | | |
|----|---|---|-----|
| 27 | Aplicativo de informações estruturadas do exercício de 2018, devidamente alimentado, conforme modelo e orientações disponíveis em www.tce.pe.gov.br . | Gestor e responsável pela Contabilidade | XLS |
| 28 | Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução. | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO VI

Conteúdo da Prestação de Contas das Autarquias e Fundações Públicas, exceto os regimes previdenciários

| ITEM | DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS | ASSINADO, NO MÍNIMO, POR | FORMATO DO DOCUMENTO |
|------|---|---|----------------------|
| 1 | Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício. | Gestor | PDF |
| 2 | Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função. | Gestor | PDF |
| 3 | Balço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 4 | Balço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 5 | Balço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 6 | Demonstração das Variações Patrimoniais do município (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 7 | Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| | também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | | |
| 8 | Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 9 | Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa. (4) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 10 | Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 11 | Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 12 | Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 13 | Demonstrativo da despesa por unidade orçamentária, detalhada por função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, conforme o vínculo com a respectiva fonte de recursos. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 14 | Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 15 | Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 16 | Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício. | Gestor | PDF |
| 17 | Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 18 | Relação de contas bancárias, com respectivos saldos ao final do exercício financeiro | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 19 | Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício. | Gestor | PDF |
| 20 | Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON. | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| 21 | Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Entidade e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Autarquia ou Fundação, das quais resultaram em despesas no exercício. | Gestor | PDF |
| 22 | Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências. | Gestor | PDF |
| 23 | Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária. | Gestor | PDF |
| 24 | Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução. | Gestor | PDF |
| 25 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciários caso o RPPS tenha segregado massa. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 26 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 27 | Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014. | Gestor | ODS |
| 28 | Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução. | Gestor | PDF |



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO VII

Conteúdo da Prestação de Contas das Empresas Públicas

| ITEM | DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS | ASSINADO, NO MÍNIMO, POR | FORMATO DO DOCUMENTO |
|-------------|---|---|-----------------------------|
| 1 | Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício. | Gestor | PDF |
| 2 | Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função. | Gestor | PDF |
| 3 | Balanço Patrimonial previsto na Lei Federal nº 6.404/76. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 4 | Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei Federal nº 6.404/76. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 5 | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido prevista na Lei Federal nº 6.404/76. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 6 | Demonstrações dos Fluxos de Caixa prevista na Lei Federal nº 6.404/76. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 7 | Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados prevista na Lei Federal nº 6.404/76. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 8 | Balancete no último dia do exercício financeiro, antes do fechamento das contas de resultado. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 9 | Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão. | Gestor e Controlador Interno | PDF |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| 10 | Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 11 | Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício. | Gestor | PDF |
| 12 | Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 13 | Relação de contas bancárias, com respectivos saldos ao final do exercício financeiro | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 14 | Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício. | Gestor | PDF |
| 15 | Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON. | Gestor | PDF |
| 16 | Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária. | Gestor | PDF |
| 17 | Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução. | Gestor | PDF |
| 18 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 19 | Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014. | Gestor | ODS |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c7abafaf5-ec98-4f52-af2c-7560b28beaaf8

| | | | |
|----|---|--------|-----|
| 20 | Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Entidade e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Empresa, das quais resultaram em despesas no exercício. | Gestor | PDF |
| 21 | Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução. | Gestor | PDF |



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO VIII

Conteúdo da Prestação de Contas das Sociedades de Economia Mista

| ITEM | DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS | ASSINADO, NO MÍNIMO, POR | FORMATO DO DOCUMENTO |
|-------------|---|---|-----------------------------|
| 1 | Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício. | Gestor | PDF |
| 2 | Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função. | Gestor | PDF |
| 3 | Balanço Patrimonial previsto na Lei Federal nº 6.404/76. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 4 | Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei Federal nº 6.404/76. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 5 | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido prevista na Lei Federal nº 6.404/76. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 6 | Demonstrações dos Fluxos de Caixa prevista na Lei Federal nº 6.404/76. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 7 | Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados prevista na Lei Federal nº 6.404/76. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 8 | Balancete no último dia do exercício financeiro, antes do fechamento das contas de resultado. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 9 | Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 10 | Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno. | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 11 | Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício. | Gestor | PDF |
| 12 | Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: c7abafaf5-ec98-4f52-a12c-7560b28ebca8

| | | | |
|----|---|---|-----|
| 13 | Relação de contas bancárias, com respectivos saldos ao final do exercício financeiro. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 14 | Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício. | Gestor | PDF |
| 15 | Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON. | Gestor | PDF |
| 16 | Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária. | Gestor | PDF |
| 17 | Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução. | Gestor | PDF |
| 18 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 19 | Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014. | Gestor | ODS |
| 20 | Declaração sobre a existência de fundos especiais e participação em sociedades de economia mista, empresas pública, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios entre municípios ou entidades municipais, citando as denominações, endereços, telefone, horário de funcionamento e respectivos dirigentes (4). | Gestor | PDF |
| 21 | Parecer do Conselho Fiscal e, se houver, dos Auditores Independentes. | Gestor | PDF |
| 22 | Relação das entidades subsidiárias, coligadas e controladas direta ou indiretamente, incluindo, em cada caso o respectivo percentual de participação no capital. | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c7abafaf5-ec98-4f52-af2c-7560b28bea8

| | | | |
|----|---|--------|-----|
| 23 | Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Entidade e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Sociedade de Economia Mista, das quais resultaram em despesas no exercício. | Gestor | PDF |
| 24 | Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução. | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO IX

Conteúdo da Prestação de Contas dos Consórcios Públicos

| ITEM | DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS | ASSINADO, NO MÍNIMO, POR | FORMATO DO DOCUMENTO |
|------|---|---|----------------------|
| 1 | Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas. | Gestor | PDF |
| 2 | Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função. | Gestor | PDF |
| 3 | Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 4 | Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 5 | Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 6 | Demonstração das Variações Patrimoniais do município (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 7 | Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| | Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) | | |
| 8 | Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 9 | Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa. (4) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 10 | Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 11 | Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1) | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 12 | Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 13 | Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 14 | Demonstrativo da despesa por unidade orçamentária, detalhada por função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, e modalidade de aplicação, conforme o vínculo com a respectiva fonte de recursos. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 15 | Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício. | Gestor | PDF |
| 16 | Relação de todas as contas bancárias, registradas ou ainda não registradas na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade. | Gestor | PDF |
| 17 | Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício, ou período de gestão. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 18 | Relação de contas bancárias, com respectivos saldos ao final do exercício financeiro. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 19 | Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato – LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício. | Gestor | PDF |
| 20 | Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON. | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| 21 | Relação das Comissões de Licitação, designadas para o período, contendo números das portarias, nomes completos, funções nas comissões e datas de designação/destituição, extraída do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contratos – LICON | Gestor | PDF |
| 22 | Cópias das Atas de registro de preços realizadas pelo Consórcio e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pelo Consórcio, das quais resultaram em despesas no exercício. | Gestor | PDF |
| 23 | Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária. | Gestor | PDF |
| 24 | Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução. | Gestor | PDF |
| 25 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciários caso o RPPS tenha segregado massa. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 26 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 27 | Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014. | Gestor | ODS |
| 28 | Relação dos contratos de rateio vigentes no exercício. | Gestor | PDF |
| 29 | Cópias dos contratos de rateio vigentes no exercício. | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|--|---|-----|
| 30 | Relação dos valores recebidos, com a data do crédito, mediante contrato de rateio. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 31 | Relação dos valores recebidos, mediante instrumento diverso do contrato de rateio, com a data do crédito e a indicação do respectivo tipo de instrumento contratual utilizado. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 32 | Relação dos valores repassados a terceiros, mediante convênio, termo de parceria, e contrato de gestão, com a data do repasse e a indicação do respectivo tipo de instrumento de contratualização utilizado. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 33 | Relação dos contratos de programa vigentes no exercício. | Gestor | PDF |
| 34 | Cópias dos contratos de programa vigentes no exercício. | Gestor | PDF |
| 35 | Atas das Assembléias Gerais realizadas no exercício. | Gestor | PDF |
| 36 | Parecer(es) do Conselho Fiscal e atas das reuniões realizadas no exercício | Gestor | PDF |
| 37 | Relatório de atividades do Controle Interno no exercício. | Gestor | PDF |
| 38 | Relação das auditorias internas realizadas pela unidade de Controle Interno do consórcio, detalhando-se para cada uma, as medidas tomadas para saneamento das irregularidades porventura identificadas, referidas no relatório de auditoria. | Gestor | PDF |
| 39 | Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo Controle Interno da unidade jurisdicionada. | Gestor | PDF |
| 40 | Quadro discriminando a força de trabalho, apresentando o quantitativo de servidores conforme a natureza do seu vínculo com o consórcio, se, CLT, estatutário, comissionado, à disposição do consórcio, contratado temporariamente, terceirizado, estagiário, ou outra modalidade de vínculo existente. | Gestor | PDF |
| 41 | Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais instauradas, com a indicação de sua situação ao final do exercício, se concluídas ou não. | Gestor | PDF |
| 42 | Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais concluídas, que tenham sido instauradas em exercícios anteriores, indicando o exercício de instauração. | Gestor | PDF |
| 43 | Relatório integrante da prestação de contas da Organização Social – OS contratada, elaborado nos termos do § 1º, do art. 1º da Resolução TC nº 20/2005, pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados. | Gestor | PDF |
| 44 | Parecer do representante legal do consórcio sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem no caso dos contratos de gestão, nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução TC nº 20/2005. | Gestor | PDF |
| 45 | Declaração do representante legal do consórcio, em cada caso, de compatibilidade entre as metas propostas no contrato de gestão firmado com a OS e o que ficou pactuado nos contratos de programa. | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|--------|-----|
| 46 | Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução. | Gestor | PDF |
| 47 | Relação dos contratos de gestão vigentes firmados no exercício, destacando: nome da Organização Social (OS) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada contrato, além de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados (5,6 2,3), nos termos do §1º do art. 3º da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005. | Gestor | PDF |
| 48 | Relação dos termos de parceria vigentes firmados no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida no art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005 (5,6 2,3). | Gestor | PDF |
| 49 | Relação das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil por meio de Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: tipo da parceria, objeto pactuado, dados da entidade parceira (CNPJ e Razão Social), recursos financeiros transferidos (se houver) e data da celebração da parceria (Lei Federal nº 13.019/14), conforme o modelo do Anexo XXVI | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO X

Conteúdo da Prestação de Contas dos Regimes Previdenciários Próprios, quer sejam instituídos sob natureza jurídica de autarquia, fundação ou fundo especial

| ITEM | DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS | ASSINADO, NO MÍNIMO, POR | FORMATO DO DOCUMENTO |
|------|---|---|----------------------|
| 1 | Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas. | Gestor | PDF |
| 2 | Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função. | Gestor | PDF |
| 3 | Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício (1) e (2) apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 4 | Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 5 | Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 6 | Demonstração das Variações Patrimoniais do município (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|------|
| 7 | Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº. 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2) apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 8 | Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64), apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 9 | Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa. (5 apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (4). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 10 | Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64), apresentando individualmente os comparativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 11 | Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 12 | Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (1). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 13 | Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão e/ou sistema municipal | Gestor e Controlador Interno | PDF |
| 14 | Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno do órgão e/ou sistema municipal | Gestor e Controlador Interno | PDFe |
| 15 | Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício, apresentando individualmente os documentos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, caso o RPPS tenha segregado massa. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: c7abafaf5-ee98-4f52-af2c-7560b28ebaa8

| | | | |
|----|--|---|-----|
| 16 | Relação de contas bancárias, com respectivos saldos ao final do exercício financeiro | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 17 | Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício. | Gestor | PDF |
| 18 | Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON. | Gestor | PDF |
| 19 | Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências. | Gestor | PDF |
| 20 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciários caso o RPPS tenha segregado massa. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 21 | Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 22 | Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, extraído do CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social, da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 23 | Demonstrativo da Política de Investimentos (DPIN), devidamente preenchido, conforme normativo(s) da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 24 | Demonstrativo das Aplicações e Investimento dos Recursos - DAIR, extraído do CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social, da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 25 | Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014. | Gestor | ODS |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



| | | | |
|----|---|---|-----|
| 26 | Demonstrativo de cumprimento dos limites de alocação dos recursos em moeda corrente do RPPS, por segmento de aplicação, conforme modelo do Anexo XII desta resolução (Portaria MPS nº 402, de 11 de dezembro de 2008 e alterações posteriores). | Gestor | PDF |
| 27 | Demonstrativo do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício anterior. (Refere-se a todos os segurados vinculados ao RPPS no município). | Gestor e responsável pela Contabilidade | PDF |
| 28 | Termos de acordo de pagamento das contribuições previdenciárias em atraso, apuradas e confessadas, celebrados e/ou cujas prestações venceram no exercício da prestação de contas, acompanhados de demonstrativo que discrimine, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado. | Gestor | PDF |
| 29 | Declaração da data do último recenseamento previdenciário realizado, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do RPPS. | Gestor | PDF |
| 30 | Cópia da Avaliação Atuarial com data base de 31/12 do exercício, e respectiva nota técnica atuarial, apresentando as avaliações individualmente para o Plano Financeiro e Plano Previdenciário, caso o RPPS tenha segregado massa, a qual deve incluir, no mínimo, o balanço atuarial, demonstrativo de fluxo de caixa, projeção atuarial de receitas e despesas, quadro de provisões matemáticas, quadro de receitas esperadas decorrente de plano de amortização, caso tenha sido proposto pela avaliação. | Gestor | PDF |
| 31 | Cópia da Avaliação Atuarial com data base de 31/12 do exercício anterior ao da prestação de contas, e respectiva nota técnica atuarial, apresentando as avaliações individualmente para o Plano Financeiro e Plano Previdenciário, caso o RPPS tenha segregado massa, a qual deve incluir, no mínimo: o balanço atuarial; demonstrativo de fluxo de caixa; projeção atuarial de receitas e despesas; quadro de provisões matemáticas; quadro de receitas esperadas decorrente de plano de amortização, caso tenha sido proposto pela avaliação. | Gestor | PDF |
| 32 | Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução. | Gestor | PDF |
| 33 | Nota técnica atuarial referente à avaliação atuarial com data base de 31/12 do exercício da prestação de contas. | Gestor | PDF |
| 34 | Nota técnica atuarial referente à avaliação atuarial com data base de 31/12 do exercício anterior ao da prestação de contas. | Gestor | PDF |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: c7abafaf5-ec98-4f52-af2c-7560b28ebca8

| | | | |
|----|--|--------|-----|
| 35 | Declaração contendo os dados pessoais dos membros dos órgãos colegiados do regime próprio no exercício da prestação de contas, detalhando qual o ente e/ou Poder que os indicaram (Prefeitura, Câmara, sindicatos, segurados, entre outros), acostando as portarias de nomeação. | Gestor | PDF |
| 36 | Atas dos órgãos colegiados do regime próprio do exercício da prestação de contas. | Gestor | PDF |
| 37 | Relatórios gerenciais de rentabilidade das aplicações e investimentos dos meses do exercício da prestação de contas contendo, no mínimo: identificação do fundo de investimento ou forma de aplicação (títulos, poupança, entre outros); saldo no início do período; aplicações e resgates no período; saldo final; rentabilidade por tipo de aplicação; rentabilidade consolidada do período. | Gestor | PDF |
| 38 | Ofícios de encaminhamento da avaliação atuarial da data base de 31/12 do exercício anterior ao da prestação de contas para os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo. | Gestor | PDF |
| 39 | Arquivo enviado ao atuário contendo as informações cadastrais dos servidores ativos, inativos e pensionistas para a elaboração do cálculo atuarial da data base 31/12 do exercício da prestação de contas, contendo esclarecimento sobre os códigos adotados nos campos de informações. | Gestor | PDF |
| 40 | Extratos mensais das contas de investimentos e aplicações pertencentes ao exercício da prestação de contas. | Gestor | PDF |
| 41 | Autorizações de aplicação e resgate (APR) referentes às movimentações das contas de investimentos e aplicações do exercício da prestação de contas. | Gestor | PDF |

NOTAS DOS ANEXOS II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X

Nota 1: Os demonstrativos deverão ser elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União, observando-se as seguintes ressalvas:

- a) As receitas e despesas orçamentárias deverão ser evidenciadas nas demonstrações contábeis pelos seus valores brutos.
- b) As deduções da receita orçamentária deverão ser evidenciadas nas demonstrações contábeis pelo seu valor total e detalhadas em notas explicativas, conforme o tipo de classificação adotada em cada demonstrativo a que se refere o detalhamento.
- c) O Quadro principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º ou 4º nível) e um maior detalhamento deverá constar em quadros complementares das notas explicativas.
- d) A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP deverão ser apresentadas segundo o modelo analítico do MCASP (3º nível de detalhamento do PCASP).
- e) A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC deve ser composta por:
 - i. Quadro Principal
 - ii. Quadro de Receitas Derivadas e Originárias



ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE CONTAS

- iii. Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
- iv. Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função
- v. Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Nota 2: As Notas Explicativas serão partes integrantes de cada demonstrativo contábil da prestação de contas e devem ser apresentadas de forma sistemática, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) vigente para o exercício.

Nota 3: Para a Prefeitura, identificar as contas de depósito:

- a) Na função saúde:
 - 1 – dos recursos próprios;
 - 2 – dos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS;
 - 3 – dos demais recursos.
- b) Na função educação:
 - 1 – dos recursos próprios repassados com periodicidade decenal;
 - 2 – dos recursos do FUNDEB;
 - 3 – dos demais recursos.

Nota 4: A Demonstração da Dívida Flutuante deverá ser elaborada de forma sintética, correspondente ao Anexo XIV desta resolução, sendo o seu detalhamento efetuado em quadros complementares com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa:

- a) Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo deverão obedecer ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.
- b) Valores empenhados e pagos no próprio exercício não deverão constar deste demonstrativo nem serão computados como restos a pagar.
- c) Os valores dos Depósitos (consignações, cauções e outros depósitos).

Nota 5: Conforme o art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, são exigidos os seguintes documentos:

- a) Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;
- b) Demonstração de resultados do exercício;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das mutações do patrimônio social;

Demonstrativo das origens e aplicações de recursos, consoante categorias contábeis usadas pela organização e previstas no termo de parceria, item por item, das receitas e despesas efetivamente;

- e) Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- f) Detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao termo de parceria, a seus diretores, empregados e consultores;
- g) Parecer e relatório de auditoria, se for o caso;





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

h) Comprovante da publicação do extrato da execução física e financeira;

i) Parecer do dirigente máximo do órgão parceiro da OSCIP sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.

Nota 6: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Fundo.

Nota 7: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Autarquia ou Fundação.





**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XI

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

Alíquotas de contribuição, previstas na lei municipal nº __, de __/__/__

Servidores Ativos: __%

Inativos e Pensionistas: __%

Poder, Órgão ou Entidade (contribuição "normal"): __%

Poder, Órgão ou Entidade (contribuição adicional/compromisso especial): __%

Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsão legal): _____





**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XI-A

CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RPPS)

Em R\$

| BASE DE CÁLCULO | | RETIDA (2) | CONTABILIZADA | RECOLHIDA (4) | | DATA DO VENCIMENTO (5) | DATA DO REPASSE (6) |
|-----------------|-----------|------------|---------------|---------------|----------|------------------------|---------------------|
| COMPETÊNCIA | VALOR (1) | | | PRINCIPAL | ENCARGOS | | |
| Janeiro | | | | | | | |
| Fevereiro | | | | | | | |
| Março | | | | | | | |
| Abril | | | | | | | |
| Mai | | | | | | | |
| Junho | | | | | | | |
| Julho | | | | | | | |
| Agosto | | | | | | | |
| Setembro | | | | | | | |
| Outubro | | | | | | | |
| Novembro | | | | | | | |
| Dezembro | | | | | | | |
| 13º Salário | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XI-B

CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RPPS)

Em R\$

| BASE DE CÁLCULO | | CONTRIBUIÇÃO NORMAL | | | | | | |
|-----------------|-----------|---------------------|---------------|----------------------------------|---------------|----------|------------------------|---------------------|
| COMPETÊNCIA | VALOR (1) | DEVIDA | CONTABILIZADA | BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3) | RECOLHIDA (4) | | DATA DO VENCIMENTO (5) | DATA DO REPASSE (6) |
| | | | | | PRINCIPAL | ENCARGOS | | |
| Janeiro | | | | | | | | |
| Fevereiro | | | | | | | | |
| Março | | | | | | | | |
| Abril | | | | | | | | |
| Mai | | | | | | | | |
| Junho | | | | | | | | |
| Julho | | | | | | | | |
| Agosto | | | | | | | | |
| Setembro | | | | | | | | |
| Outubro | | | | | | | | |
| Novembro | | | | | | | | |
| Dezembro | | | | | | | | |
| 13º Salário | | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | | |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XI-C

CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE - COMPROMISSO ESPECIAL (RPPS) DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR

Em R\$

| BASE DE CÁLCULO | | CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL/ESPECIAL DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR (7) | | | | | |
|-----------------|-----------|--|---------------|---------------|----------|------------------------|---------------------|
| COMPETÊNCIA | VALOR (1) | DEVIDA | CONTABILIZADA | RECOLHIDA (4) | | DATA DO VENCIMENTO (5) | DATA DO REPASSE (6) |
| | | | | PRINCIPAL | ENCARGOS | | |
| Janeiro | | | | | | | |
| Fevereiro | | | | | | | |
| Março | | | | | | | |
| Abril | | | | | | | |
| Mai | | | | | | | |
| Junho | | | | | | | |
| Julho | | | | | | | |
| Agosto | | | | | | | |
| Setembro | | | | | | | |
| Outubro | | | | | | | |
| Novembro | | | | | | | |
| Dezembro | | | | | | | |
| 13º Salário | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | |





ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE CONTAS

NOTAS DOS ANEXOS XI-A, XI-B e XI-C

- Nota 1:** Conforme folha dos servidores vinculados ao RPPS;
- Nota 2:** Valor descontado em folha dos servidores (ativos, inativos, pensionistas), destinada ao custeio do RPPS;
- Nota 3:** Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses à unidade gestora do RPPS. Neste caso, em nota explicativa a este demonstrativo, devem ser listados os benefícios pagos diretamente pela entidade e seus respectivos valores;
- Nota 4:** Valor repassado à unidade gestora do RPPS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora);
- Nota 5:** Data do vencimento para envio das contribuições previdenciárias ao RPPS, prevista na legislação local;
- Nota 6:** Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) à unidade gestora do RPPS; informar todas as datas, caso o repasse não tenha sido efetuado em parcela única;
- Nota 7:** Compromisso especial para suprir a existência de déficit, tempo de serviço passado ou demais finalidades não incluídas na contribuição normal, e a sua base de incidência;





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XII

DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS EM MOEDA CORRENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

| Segmento de Aplicação | Tipo de Investimento | Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) | | Valor Aplicado | Porcentual Aplicado |
|-----------------------|----------------------|--|------------|----------------|---------------------|
| | | Base Legal | Porcentual | | |
| | | Em R\$ | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

Segmento de aplicação: Classificar os tipos de investimento das disponibilidades em moeda corrente (oriundas das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo regime próprio de previdência social) de acordo com seu segmento em: renda fixa e renda variável.

Tipo de investimento: Relacionar os tipos de investimento realizados. São exemplos de tipos de investimento: títulos de emissão do tesouro nacional, cotas de fundo de investimento previdenciário, cotas de investimento em renda fixa, depósitos em poupança, cotas de fundos de investimento em ações etc.

Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Base legal: Citar a base legal do limite de cada tipo de investimento realizado pelo regime próprio, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional. Exemplo: Res. CMN nº xxxxxx/xx, art. xxxxx, inciso xx.

Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Porcentual: registrar o limite legal para cada tipo de investimento, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional.

Valor Aplicado (R\$): Registrar, em Reais, o montante de recursos previdenciários aplicados em cada tipo de investimento.

Porcentual aplicado: Registrar o valor porcentual correspondente a cada tipo de investimento em relação ao total das disponibilidades em moeda corrente.





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XIII

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)

ANEXO XIII-A

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)

| BASE DE CÁLCULO | | RETIDA (2) | CONTABILIZADA | RECOLHIDA (4) | | DATA DO VENCIMENTO (5) | DATA DO REPASSE (6) |
|-----------------|-----------|------------|---------------|---------------|----------|------------------------|---------------------|
| COMPETÊNCIA | VALOR (1) | | | PRINCIPAL | ENCARGOS | | |
| Janeiro | | | | | | | |
| Fevereiro | | | | | | | |
| Março | | | | | | | |
| Abril | | | | | | | |
| Maiο | | | | | | | |
| Junho | | | | | | | |
| Julho | | | | | | | |
| Agosto | | | | | | | |
| Setembro | | | | | | | |
| Outubro | | | | | | | |
| Novembro | | | | | | | |
| Dezembro | | | | | | | |
| 13º Salário | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

NOTAS DOS ANEXOS XIII-A e XIII-B

- Nota 1:** Conforme folha dos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência;
- Nota 2:** Valor descontado em folha dos segurados, destinada ao custeio do Regime Geral de Previdência;
- Nota 3:** Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses ao INSS;
- Nota 4:** Valor repassado ao INSS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora);
- Nota 5:** Data do vencimento para envio das contribuições previdenciárias à Receita Federal do Brasil, prevista na legislação do RGPS;
- Nota 6:** Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) ao INSS.





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP | | | | |
|--|---|-------------|-------------|----------------|
| Ação | Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | | | | |

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP | | | | |
|--|--|-------------|-------------|----------------|
| Ação | 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | | | | |

| Ação | 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência. | | | |
|---------|--|-------------|-------------|----------------|
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | | | | |

| Ação | 3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | | | |
|---------|--|-------------|-------------|----------------|
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | | | | |

| Ação | 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
|---------|---|-------------|-------------|----------------|
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | | | | |

| Ação | 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.). | | | |
|---------|--|-------------|-------------|----------------|
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | | | | |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c7abaf5-ee98-4f52-af2c-7560b28ebca8

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | |
|--|--|--|--|--|

| Ação | 6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | | | |
|---------|---|-------------|-------------|----------------|
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | | | | |

| Ação | 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência. | | | |
|---------|---|-------------|-------------|----------------|
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | | | | |

| Ação | 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
|---------|---|-------------|-------------|----------------|
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | | | | |

| PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP | | | | |
|---|---|-------------|-------------|----------------|
| Ação | Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | | | | |

| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP | | | | |
|---|---|-------------|-------------|----------------|
| Ação | Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | | | | |

Obs. 1: As subações devem ser preenchidas a critério do gestor, adequando-as a sua realidade, desde que conexas às diretrizes estabelecidas nas portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Obs. 2: A informação "Situação Atual" deve ser preenchida com uma das seguintes opções: "Em andamento", "Paralisada", "Não iniciada" ou "Concluída".



ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE CONTAS

- (1): Unidade Gestora (Secretarias Estaduais, Empresas Públicas, Autarquias etc.);
- (2): Exercício Financeiro;
- (3): Órgão ou entidade com competência para autorizar despesas ou empenhar;
- (4): Período a que se referem as informações;
- (5): Número da Concorrência-CC, se houver;
- (6): Indicar a modalidade utilizada (Concessão comum, PPP Administrativa ou PPP Patrocinada);
- (7): Identificação, de forma clara e concisa do serviço concedido ou a conceder (tipo de serviço). Deverão estar relacionados todos os serviços concedidos ou a conceder existentes no exercício, precedidos ou não de obra pública;
- (8): Informar a etapa: Projeto em carteira, Autorização de estudo concedida, Estudos em análise, Licitação, Contratada;
- (9): Informar o tipo de procedimento adotado para elaboração dos estudos do projeto: se através de iniciativa da Administração (PMI - Procedimento de manifestação de interesse ou procedimento similar) ou solicitação de estudo diretamente proposto pelo particular;
- (10): CNPJ da(s) empresa(s) autorizada(s) a realizar estudos ou contratada(s) para execução dos serviços;
- (11): Razão Social da(s) empresa(s) autorizada(s) a realizar estudos ou contratada(s) para execução dos serviços;
- (12): Valor do negócio: valor previsto (para etapas: projeto em carteira, autorização de estudo concedido ou estudos em análise), valor estimado (etapa licitação) ou valor contratado;
- (13): Número do contrato e a referência ao ano da contratação. Exemplo: 15/2017 (contrato de número 15 do ano de 2017);
- (14): Data da Ordem de Serviço ou do efetivo início da prestação dos serviços;
- (15): Prazo previsto no termo de contrato, ou documento equivalente, para execução da prestação dos serviços;
- (16): Prazo total aditado (considerando todos os aditivos de prazo para a prestação dos serviços);
- (17): Valor aditado acumulado (somatório de todos os aditivos para a prestação dos serviços);
- (18): Somatório dos valores recebidos no período, referente às tarifas, contraprestação do governo e receitas acessórias;
- (19): Somatório dos valores recebidos desde o início do contrato, referente à tarifas, contraprestação do governo e receitas acessórias;
- (20): Situação que se encontra a prestação dos serviços: não iniciada, em andamento, concluída, paralisada.





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XVI

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO

| Programa/Ações/ Subação (A) | Dotação autorizada (B) | Despesa liquidada (C) | % C/B (D) | Produto (E) | Meta física prevista (F) | Meta física realizada (G) | Comentários (H) | Indicador do programa (I) |
|---|------------------------|-----------------------|-----------|-------------|--------------------------|---------------------------|-----------------|---------------------------|
| 1. Número e nome do Programa na LOA* | | | | | | | | |
| 1.1 Ação/Subação | | | | | | | | |
| 1.2 Ação/Subação | | | | | | | | |
| 1.3 Ação/Subação | | | | | | | | |
| 1.4 Ação/Subação | | | | | | | | |
| 2. | | | | | | | | |
| 2.1 | | | | | | | | |
| 2.2 | | | | | | | | |

*Discriminar apenas os programas que tem meta prioritária.

NOTAS

- (A) O nome dos programas, ações e subação (se houver) conforme a Lei Orçamentária Anual.
- (B) Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.
- (C) Total da despesa liquidada por programa e ações.
- (D) Percentual alcançado (C/B).
- (E) Produto em relação à meta física estipulada.
- (F) Resultado físico previsto.
- (G) Resultado físico alcançado.
- (H) Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).
- (I) Indicador previsto para medição do programa.





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XVII

Demonstrativo de despesas com eventos comemorativos de carnaval, festas religiosas, emancipação política, São João, São Pedro, micareta, cavalgada, natal, réveillon e outras tradições culturais realizadas pela prefeitura ou com sua contrapartida

| Nome da festa | Período | Modalidade e número dos procedimentos licitatórios | Número das notas de empenho | Credores | Valor gasto pela prefeitura com recursos próprios | Em R\$ | |
|---------------|---------|--|-----------------------------|----------|---|--|-----------------------|
| | | | | | | Valor gasto pela prefeitura com recursos recebidos de transferências | |
| | | | | | | De órgãos públicos | Da iniciativa privada |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

| Determinação/Recomendação | Situação | Ações | Justificativa |
|---------------------------|----------|-------|---------------|
| Processo TC nº: | | | |
| | | | |
| | | | |
| Processo TC nº: | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XIX

REQUISITOS MÍNIMOS DAS NOTAS EXPLICATIVAS

| GERAIS - ANEXO XIX | |
|--|--|
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Devem conter as seguintes informações gerais: <ul style="list-style-type: none">a. Nome do órgão ou entidade.b. Natureza jurídica do órgão ou entidade.c. Domicílio do órgão ou entidade.d. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade.e. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.f. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:<ul style="list-style-type: none">i. Os poderes (Executivo e Legislativo).ii. Administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.iii. A relação dos órgãos e entidades da administração pública integrantes da consolidação. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Resumo das políticas contábeis significativas, por exemplo: <ul style="list-style-type: none">a. Bases de mensuração utilizadas, por exemplo: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável.b. Novas normas e políticas contábeis alteradas.c. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:<ul style="list-style-type: none">i. Classificação de ativos.ii. Constituição de provisões.iii. Reconhecimento de variações patrimoniais.iv. Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos ou entidades. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Outras informações relevantes, por exemplo: <ul style="list-style-type: none">a. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.b. Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro do órgão ou entidade e pressupostos das estimativas.c. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações do órgão ou da entidade no futuro.d. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Devem ser apresentadas de forma sistemática com cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa. |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

| | |
|--|---|
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Descrever os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial, por exemplo. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Descrever as informações relevantes sobre as transações de investimento e financiamento que não envolvem uso de caixa |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Descrever os ajustes relacionados às retenções, se houver. |



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XX

REQUISITOS MÍNIMOS DAS NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO XX | |
|--|---|
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN, evidenciando: a) Para as receitas: Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receita Realizada e o Saldo a Realizar. b) Para as despesas: Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga e Saldo da Dotação. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito (inicial, suplementar, especial e extraordinário) em quadro complementar, correspondente ao Anexo XVII desta resolução: |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data publicação da LOA, que compõem a coluna previsão inicial da receita orçamentária. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Detalhamento de recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar despesas orçamentária do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | O superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS – caso o ente possua o Regime Próprio de Previdência Social. |





**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XXI

REQUISITOS MÍNIMOS DAS NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO XXI

| | |
|--|--|
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Eventuais ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o Balanço Financeiro. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | O detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos |



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XXII

REQUISITOS MÍNIMOS DAS NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

| BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO XXII | |
|---|---|
| NBC T SP 16.5 | Ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis, se houver. |
| NBC T SP 16.10 e MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Ativos imobilizados obtidos a título gratuito, se houver (Descrever critério de avaliação ou impossibilidade de mensuração): |
| | Caso haja transferências de ativos, descrever se foi atribuído o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem. |
| NBC T SP 16.10 | Ativos intangíveis obtidos a título gratuito, se houver (descrever critério de mensuração ou impossibilidade de mensuração) |
| NBC T SP 16.7 | Justificativa para a existência de componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Deverão ser detalhadas as seguintes contas sintéticas não detalhadas no quadro principal: a. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo b. Imobilizado c. Intangível d. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a curto prazo e a longo prazo. e. Provisões a curto prazo e a longo prazo f. Demais elementos patrimoniais, quando relevante. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Descrever ajustes decorrentes de omissões e erros em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Detalhamento dos montantes expostos nas demonstrações para ajustes, depreciações, amortizações e exaustões: a. Critérios adotados, informando se foram utilizadas taxas diferentes em função das características dos bens. b. Eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento de inservibilidade de bens, no caso de perdas. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Divulgar a relação entre as provisões e passivos contingentes que surgiram de um mesmo conjunto de circunstâncias |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | No caso de perdas da Dívida Ativa, divulgar a metodologia utilizada e a memória de cálculo |
| NBC T SP 03 – Item 97 e 98 | Para cada tipo/classe de provisão, apresentar: a. o valor contábil no início e no final do período; b. provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; c. valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período; d. valores não utilizados revertidos durante o período; e e. o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto. f. breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços; g. indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas; |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <https://efee.ce.pe.gov.br/epf/validadoc.seam> Código do documento: c7abafaf5-ee98-4f52-a12c-7560b28ebae8

| | |
|--|---|
| | <p>h. valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.</p> |
| NBC T SP 03 – Item 100 | <p>A menos que a possibilidade de qualquer saída para a liquidação seja remota, a entidade deve divulgar, para cada tipo/classe de passivo contingente:</p> <p>a. breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando aplicável:</p> <p>a. uma estimativa de seus efeitos financeiros;</p> <p>b. uma indicação das incertezas em relação ao valor ou à periodicidade de saída; e</p> <p>c. a possibilidade de algum reembolso.</p> |
| NBC T SP 04 – Item 47 | <p>Em relação aos estoques, divulgar:</p> <p>a. as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo critérios de valoração utilizados;</p> <p>b. o valor total contabilizado em estoques e o valor classificado em outras contas específicas da entidade;</p> <p>c. o valor de estoques contabilizados pelo valor justo menos as despesas de venda;</p> <p>d. o valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;</p> <p>e. o valor de qualquer redução de estoques reconhecido como despesa no resultado do período, de acordo com o item 42;</p> <p>f. o valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do período, de acordo com o item 42;</p> <p>g. as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão da redução de estoques, de acordo com o item 42; e</p> <p>h. valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.</p> |
| Art. 8º e Art. 50 da Lei Complementar nº101/2000 (LRF) | <p>Apresentar a disponibilidade de caixa detalhada, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.</p> |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | <p>No caso de entes que possuem RPPS, apresentar e contextualizar a memória de cálculo da provisão matemática previdenciária, inclusive informações complementares quando na ocorrência de aportes a déficit atuarial.</p> |
| NBC T SP – 01 – Item 106 | <p>Se for o caso, apresentar:</p> <p>a. o montante dos passivos reconhecidos referentes aos ativos transferidos sujeitos a condições;</p> <p>b. o montante dos passivos reconhecido em relação aos empréstimos subsidiados que está sujeito a condições sobre os ativos transferidos;</p> <p>c. o montante dos ativos reconhecido que estão sujeitos a restrições e a natureza de tais restrições;</p> <p>d. a existência e os montantes de quaisquer recebimentos antecipados em relação às transações sem contraprestação.</p> <p>a. O montante de quaisquer passivos perdoados.</p> |
| NBC T SP – 01 – Item 107 | <p>Se for o caso, apresentar:</p> <p>a. A natureza e o tipo das principais classes de heranças, presentes e doações, demonstrando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos.</p> |
| NBC T SP 03 – Item 105 | <p>Se a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços for provável, a entidade deve evidenciar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data das demonstrações contábeis e, quando aplicável, uma estimativa de seu efeito financeiro.</p> |
| NBC T SP 03 – Item 103 | <p>No caso de uso de avaliação externa para mensurar provisões, apresentar informação relacionada à avaliação.</p> |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | <p>No caso de Impairment, apresentar:</p> <p>a. Os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da perda por desvalorização;</p> <p>b. O valor da perda por desvalorização reconhecida ou revertida;</p> <p>c. Se o valor recuperável é seu valor líquido de venda ou seu valor em uso;</p> |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

| | |
|--|--|
| | <p>d. Se o valor recuperável for o valor líquido de venda (valor de venda menos despesas diretas e incrementais necessárias à venda), a base usada para determinar o valor líquido de venda (por exemplo: se o valor foi determinado por referência a um mercado ativo); e) Se o valor recuperável for o valor em uso, a (s) taxa (s) de desconto usada (s) na estimativa atual e na estimativa anterior;</p> <p>e. Para um ativo individual, a natureza do ativo.</p> |
|--|--|



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XXIII

REQUISITOS MÍNIMOS DAS NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

| DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO XXIII | |
|--|---|
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Itens mais relevantes que compõem as VPA e VPD |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 (Repasse a maior ou a menor do FPM). |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Circunstâncias que devem ser apresentadas ainda que seus valores não sejam relevantes: a. Redução a valor recuperável no ativo imobilizado. b. Baixas de investimento. c. Constituição ou reversão de provisões. |
| Art. 104 da Lei Federal nº 4.320/64 e Art. 4º da Lei Estadual nº 12.600/2004 | Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes da execução orçamentária do exercício atual e anterior: 1. Incorporação de ativo: a. Aquisição de estoques. b. Aquisição de bens móveis. c. Construção e aquisição de bens imóveis. d. Aquisição de títulos e valores. e. Concessão de Empréstimos. f. Outras incorporações de ativos. 2. Desincorporação de passivo: a. Amortização da Dívida Pública b. Amortização de Precatórios. c. Outras desincorporações de passivos. 3. Incorporação de passivo: a. Tomada de empréstimos. b. Outras incorporações de passivos. 4. Desincorporação de ativos: a. Cobrança da dívida ativa. b. Alienação de estoques. c. Alienação de bens móveis. d. Alienação de bens imóveis. e. Alienação de títulos e valores. f. Recebimento de empréstimos. |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

| | |
|------------------------|---|
| | g. Outras desincorporações de ativos. |
| NBC T SP 01 – Item 106 | Montante de recebíveis reconhecidos em relação à receita sem contraprestação. |



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XXIV

REQUISITOS MÍNIMOS DAS NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - ANEXO XXIV | |
|--|---|
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Descrever os itens que compõem os fluxos de caixa mais relevantes |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Descrever os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial, por exemplo. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Descrever as informações relevantes sobre as transações de investimento e financiamento que não envolvam o uso de caixa. |
| MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas | Descrever os ajustes relacionados às retenções, se houver. |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XXV

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

| Títulos | Saldo Anterior | Movimentação no período | | | | | Saldo para o exercício seguinte |
|---|----------------|-------------------------|-----------|--------------|--|-------|---------------------------------|
| | | Inscrição | Baixa | | Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado | | |
| | | | Pagamento | Cancelamento | Inscrição | Baixa | |
| Restos a pagar (Subtotal) | | | | | | | |
| Processados 20x1... 20x2... 20xx... | | | | | | | |
| Subtotal dos RPP | | | | | | | |
| Não processados 20x1... 20x2... 20xx... | | | | | | | |
| Subtotal dos RPNP | | | | | | | |
| Depósitos (Subtotal) | | | | | | | |
| Cauções Consignações (...) Outros Depósitos | | | | | | | |
| Total | | | | | | | |





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Nota: A Demonstração da Dívida Flutuante deverá ser elaborada de forma sintética, correspondente ao Anexo XXV desta resolução, sendo o seu detalhamento efetuado em quadros complementares acompanhados de notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa:

- a) Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo deverão obedecer ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.
- b) Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não deverão constar deste demonstrativo nem serão computados como restos a pagar.
- c) Os valores dos Depósitos (consignações, cauções e outros depósitos) serão lançados de forma sintética neste demonstrativo, sendo o seu detalhado em quadros complementares com cruzamento de referências, caso necessário.





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO XXVI

RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)

| Tipo de Parceria | Nº/Ano | Período de vigência | OSC | | Parceiro Público | Objeto | Valor pactuado | Repases financeiros | | |
|-------------------|----------|-------------------------|---------------------------------|--------------------|--|--|--|---------------------|-------------------|------------|
| | | | Razão Social | CNPJ | | | | Nº OB | Data do Pagamento | Valor |
| | | | | | | | | | | |
| TERMO DE FORMENTO | 001/2019 | 07/01/2019 A 31/12/2019 | ACS - ASSOCIAÇÃO CONEXÃO SOCIAL | 07.599.362/0001-90 | FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA | TERMO DE CONVÊNIO DE NÚMERO 001/2019, ENTRE O COMDICA AO PROJETO OPORTUNIZAR, EXECUTADO PELA ASSOCIAÇÃO CONEXÃO SOCIAL, PARA O FORTALECIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, DESTE MUNICÍPIO | 1ª PARCELA ITAÚ SOCIAL/FIA 300.000,00 | 850796 | 01/02/2019 | 300.000,00 |
| | | | | | | | 2ª PARCELA FMDCA/CONTRA PARTIDA 6.000,00 | | | |
| | | | | | | | | | | |



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRAÇAS DE ARRUDA SILVA
 Acesse em: <https://etc.tce.pe.gov.br/epj/validaDoc.seam>
 Código do documento: c7abafaf5-ee98-4f52-af2c-7560b28ebca8